Carta VI — Ruína da Liberdade

25 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

Teríeis a caridosa e interessantíssima fantasia de alegrar certo número de vossos colegas e de ver de perto suas gargalhadas de incredulidade? Ou, melhor ainda, seríeis dominado pelo desejo de ouvir-vos chamar reacionário, e a mim jesuíta? Nesse caso, vou indicar-vos um meio de conseguir infalivelmente uma e outra coisa. Comunicai a fulano e sicrano, que se sentam na montanha vermelha, e mesmo na montanha branca,[1] esta carta, em que tenho a pretensão de estabelecer que a profanação do domingo é a ruína da liberdade. Como devo esperar operar sob um fogo cruzado de objeções, não achareis mal que comece por pôr-me a coberto: nas guerras de discussão, o verdadeiro escudo é a lógica. Para ser de boa liga, a lógica deve proceder de definições inatacáveis e desenvolver-se em induções rigorosamente encadeadas umas às outras: é assim que a rosa sai do botão, e o botão da semente. Estabelecidos os meus preliminares, chego às definições e pergunto: Que é a liberdade? Quais são os seus limites? Qual é a sua base e a sua condição?

II

Podemos bem dizer da liberdade, senhor e caro amigo, o que se disse de uma célebre instituição: «*Muitos falaram dela, mas bem poucos a conheceram.*» Primeiro, existem pelo mundo, neste momento, milhões de homens que consideram a liberdade como o direito de fazer tudo o que se quer. Se assim fosse, apressar-me-ia a tomar o meu bastão e o meu breviário e iria habitar o império da Lua; e isso por uma excelente razão: é que a terra seria inabitável.

Admitamos, com efeito, que a liberdade seja o direito de cada um dizer e fazer tudo o que lhe passa pela cabeça, sem outra regra que os seus caprichos; suponhamos em seguida um país gozando dessa feliz liberdade. Eis um homem que dilacera a vossa reputação como o animal faminto dilacera a presa. Perguntais-lhe a razão. — A razão? É que isso me apraz e que sou livre para fazê-lo. — Ah! és livre para dilacerar a minha reputação, e isso te apraz! Sou então livre, eu também, para dilacerar a tua, e nisso acho o meu prazer. E eis dois cidadãos que, em virtude da liberdade, se dizem todas as injúrias imagináveis.

Eis outro que, aproximando-se com ar carinhoso, vos dá uma vigorosa bofetada e vos furta a bolsa. — Patife! dizeis-lhe, não contente de me bater, ainda me roubas? — Pois sim, sou livre para fazê-lo, e isso me apraz. — Ah! és livre para me esbofetear e roubar! Sou então livre, eu também, para te pagar na mesma moeda. E eis dois cidadãos que, em virtude da liberdade, se batem como boxeadores e se despojam como bandidos. Ou a liberdade dá tais direitos, ou não os dá. Se os dá, tive razão em dizer que o país submetido ao seu império é uma espelunca de assassinos; se não os dá, é preciso necessariamente reconhecer que a liberdade se encerra em certos limites.

III

Quais são esses limites? Antes de dizê-lo, concluamos que a liberdade não é, não pode ser o direito de tudo fazer. Mais ainda: embora o homem livre possa fazer o bem e o mal, o poder de fazer o mal não é de modo algum essencial à liberdade; do contrário, Deus não seria livre, ou sua liberdade seria menos perfeita que a do homem. Do contrário ainda, todas as leis das nações seriam monstruosos atentados, pois todas têm por fim acorrentar o poder de fazer o mal, e o Sr. Proudhon teria razão em sustentar que a anarquia é o estado normal do homem. A liberdade, não consistindo nem no poder de fazer tudo o que se quer, nem na faculdade de fazer o mal, deve, pois, definir-se: o poder de fazer o bem; ou, o que me agrada menos, o direito de fazer o que não prejudica ninguém.

Perguntar-me-eis agora quais são os limites da liberdade? Acabo de dizê-lo: os limites da liberdade são os direitos alheios. Por alheio, entendo Deus, o próximo e nós mesmos, se o permitis. Só é, pois, livre, e merece ser chamado assim, aquele que, em suas palavras e em suas ações, respeita todos os direitos; ou, em outros termos, que cumpre todos os seus deveres para com Deus, para com seus semelhantes e para consigo mesmo. Esses deveres têm sua razão e sua regra na vontade infalível de Deus. Daí esta consequência inevitável: o homem ou o povo mais livre é o que encontra menos obstáculos para cumprir e o que cumpre mais fielmente a vontade de Deus em todas as coisas. Tal é a definição, a um tempo tão sublime e tão simples, que a própria Escritura nos dá da liberdade humana: Servir a Deus, diz ela, é reinar.[2]

IV

Ora, dois obstáculos permanentes se opõem a esse poder do bem e tendem, por conseguinte, a violar a liberdade do homem: refiro-me às nossas próprias paixões e às paixões alheias. É fato que todo homem se sente incomodado no círculo de seus deveres, que experimenta não sei que secreta comichão de sair dele, e assim de usurpar os direitos de Deus, de seus semelhantes, de sua própria alma em benefício de seu corpo. Para não ser vencido, é obrigado a permanecer constantemente em armas. Tal é mesmo a violência da luta que os mais valentes exclamam gemendo: Infeliz de mim! Não faço o bem que quero, e faço o mal que não quero.[3]

Enquanto o homem não conseguiu dominar as suas potências fogosas, é escravo. Nessa qualidade, vedes que é arrastado, com a corda ao pescoço, para tudo o que há de oposto ao dever, e a sua

liberdade já não parece ser senão o funesto poder de fazer o mal. Acontece mesmo que só por aí a sente, só por aí a compreende; e, nessa estranha inversão, chama entrave, tirania, despotismo a tudo o que tende a libertar nele o poder do bem acorrentando o poder do mal. Então, seja qual for o seu nome, toda autoridade lhe pesa; insulta-a em si mesmo, odeia-a, amaldiçoa-a. Para tirar-lhe o prestígio, entrega-a à irrisão, e o seu mais ardente desejo é ver o dia em que poderá quebrar-lhe o cetro e lançar os pedaços na lama sangrenta das encruzilhadas. Que um homem, um povo, um mundo consiga nessa luta cega contra a sua própria liberdade: logo as paixões erigidas em leis tornam-se novos e temíveis obstáculos à liberdade de todos. O bem só pode cumprir-se com risco da fortuna ou da vida, e só o mártir permanece independente.

V

É, pois, bem evidente que a libertação das paixões, ou liberdade interior, é a fonte da liberdade exterior. Um homem, um povo corrompido que fala de liberdade é um cego que fala de cores; um homem, um povo corrompido que se crê livre é um louco que, no cubículo em que está carregado de cadeias, se crê o moderador do mundo; um homem, um povo corrompido que se lisonjeia de chegar à liberdade derrubando Deus de seus altares e os reis de seu trono é um furioso que derruba os diques de um rio para impedir a inundação. Não, senhor, e mil vezes não: a liberdade nunca teve a corrupção por mãe nem por irmã, nunca por pedestal uma calçada manchada de sangue, nunca por garantia um trapo de papel em que esteja escrito, ainda que em letras de ouro: Liberdade, igualdade, fraternidade. A liberdade é filha da coragem e companheira da virtude: tem sua base nas profundezas do coração. Todo coração libertado da tirania das paixões é livre; se não está libertado dela, pode usurpar o nome de liberdade, mas falta-lhe a realidade: só tem a licença, e a licença é a escravidão.

Em uma palavra, e nestes tempos de ilusões e de mentira, permiti que eu insista neste ponto essencial: a corrupção é a tirania dos vícios; a tirania dos vícios é a servidão das almas; a servidão das almas é o presságio infalível da servidão dos corpos. Todo povo corrompido é escravo de direito: é um gado exposto num campo de feira que só espera o comprador. Sabeis que o Abd-el-Kader de sua época, Jugurta, lançou essa fulminante predição à face da Rainha do mundo, e Jugurta dizia verdade; e sua palavra não envelheceu: de modo que devemos ter por certo que o povo mais próximo da escravidão é o povo mais corrompido, a menos que esteja condenado a perecer.[4]

VI

Mas quem pode libertar o homem da tirania das paixões? Nas cartas precedentes dissemos, e fizemos melhor: demonstramos que uma só coisa é capaz disso: a fé. Ora, não há fé sem religião, e não há religião com a profanação do domingo: disso também demos a prova. Aviso agora ao nosso século, que só sonha com a liberdade, que só fala da liberdade, que só trabalha pela liberdade, que não pode viver sem a liberdade. Pois bem! Em sua linguagem e em seu culto, é sincero ou não é. Se é sincero, tome então os meios de chegar ao fim: conhece-os agora. Nem as leis, nem as

formas de governo, nem as revoluções, nem as utopias, nem os discursos, nem as agitações febris, nem os motins, nem as barricadas mudarão a natureza das coisas: a liberdade é incompatível com a corrupção; a corrupção reina por toda parte onde não domina a fé; a fé deixa de dominar por toda parte onde a lei sagrada do domingo é desconhecida: é pegar ou largar. Se não é sincero, nada tenho a dizer-lhe: o único sentimento que pode inspirar é profunda piedade.

VII

Desse ponto de vista geral, e como ruína da religião, a profanação do domingo é, pois, realmente a ruína da liberdade. Sê-lo-á ainda por uma razão mais direta e mais sensível. Com efeito, a Constituição proclama a liberdade dos cultos. Se não é palavra vã, ninguém tem o direito de insultar o culto católico, que, afinal, é o culto da maioria. Com maior razão, ninguém tem o direito de impedir os católicos de cumprirem os preceitos de sua religião.

Pois bem! Pergunto-vos, senhor representante: que é a profanação do domingo, senão um insulto sangrento, lançado periodicamente à face do catolicismo, uma ofensa odiosa feita a todos os cristãos fiéis? É magoando-os, ou deixando que os magoem no que têm de mais sensível, que o governo espera conquistar as simpatias das populações religiosas de nossas províncias? Seu interesse não lhe manda poupá-las? Não é ainda ali que se encontram os princípios de ordem, de fidelidade, de dedicação, último dique à onda que ameaça invadir-nos?

Não é tudo: a profanação do domingo é um atentado direto à liberdade de uma multidão de negociantes, empreiteiros e operários. Força o negociante católico a transgredir a lei sagrada do domingo, abrindo suas lojas, ficando em seu balcão, vendendo a quem se apresenta, sob pena de perder a freguesia, de perder a venda e de não estar, no dia do vencimento, em condições de fazer face a seus compromissos. Força o empreiteiro, o industrial, sob pena de sucumbir à concorrência esmagadora que lhe farão colegas menos fiéis que ele. Sobretudo, força o operário.

— Amanhã é domingo, não virei trabalhar, diz ele no sábado à noite a seu patrão ao receber o salário. — É problema teu; mas, se não vieres amanhã, podes procurar trabalho em outra parte. E o infeliz pai de família, que só tem os braços para viver e fazer viver seus filhos, vê-se constrangido a profanar o dia do repouso.

Se fosse cristão, dizem, como todos os outros profanadores do domingo, saberia muito bem conservar a sua liberdade e tomar por regra a divisa de seus mestres na fé: *«Importa obedecer mais a Deos, do que aos homens»*;[5] depois, recusando-se a vender ou trabalhar, abandonar-se-ia aos cuidados da Providência. Compreendeis sem dificuldade que estou longe de aplaudir a conduta de uns ou de outros: mas é preciso convir também que o constrangimento moral que se lhes impõe não é menos uma violação da liberdade.

Ignora-se que o trabalho recusado pelos operários bons cristãos será oferecido aos operários menos fiéis e por eles aceito? Não é claro que a freguesia vai de preferência a quem satisfaz mais prontamente a seus pedidos? Ora, é moral ferir em seus interesses o cristão fiel à sua religião e assegurar um ganho a quem zomba das leis religiosas?

É equitativo, e isso com desprezo da própria lei civil, colocar cada domingo os católicos entre seu interesse e seu dever? É lícito expô-los a uma tentação permanente, a que, a despeito de sua vontade, um grandíssimo número se deixa arrastar? O governo que tolera um tal abuso, que o autoriza mesmo por seu exemplo, é o protetor sincero da liberdade? É o guardião leal da Constituição? Deixo-vos o juízo.

Entretanto, fica bem estabelecido que a profanação do domingo é a ruína da verdadeira liberdade, que mata em seu princípio, e a violação flagrante da liberdade religiosa, consagrada pelas leis; de modo que tende a fazer de nós um povo de escravos. Graças a ela, ricos e pobres são escravos; rebita-lhes ao pescoço as cadeias das paixões, como a grilheta ao pé do forçado. O negociante é escravo; prende-o ao balcão, como o *janitor* dos romanos à guarda da casa. O empreiteiro é escravo; fixa-o à sua escrivaninha e faz dele uma máquina de calcular. O operário é escravo; prega-o ao seu ofício, à sua bancada, à sua bigorna, como as engrenagens secundárias são pregadas ao volante de uma máquina a vapor.

Recebei, etc.

Notas

[1] N. do T.: A «Montanha» era o grupo da esquerda radical na Assembleia Legislativa; a «montanha vermelha» designava os socialistas. A «montanha branca» é expressão irônica do autor, que não a explica.

[2] *Servire Deo regnare est.*

[3] *Non enim quod volo bonum hoc ago, sed quod odi malum, illud facio.* — «Porque eu não faço o bem, que quero: mas faço o mal, que não quero.» (Rm 7, 19.) (Gaume cita «Rm 7, 13».)

[4] *Urbem venalem et mature perituram si emptorem invenerit.* — «Cidade venal e que logo perecerá, se achar comprador.» (Salústio, *Jugurta*.)

[5] At 5, 29.

Revision #1
Created 22 November 2026 20:59:47 by Admin
Updated 22 November 2026 21:02:05 by Admin